

EDUCAÇÃO

Boletim Informativo

Índice

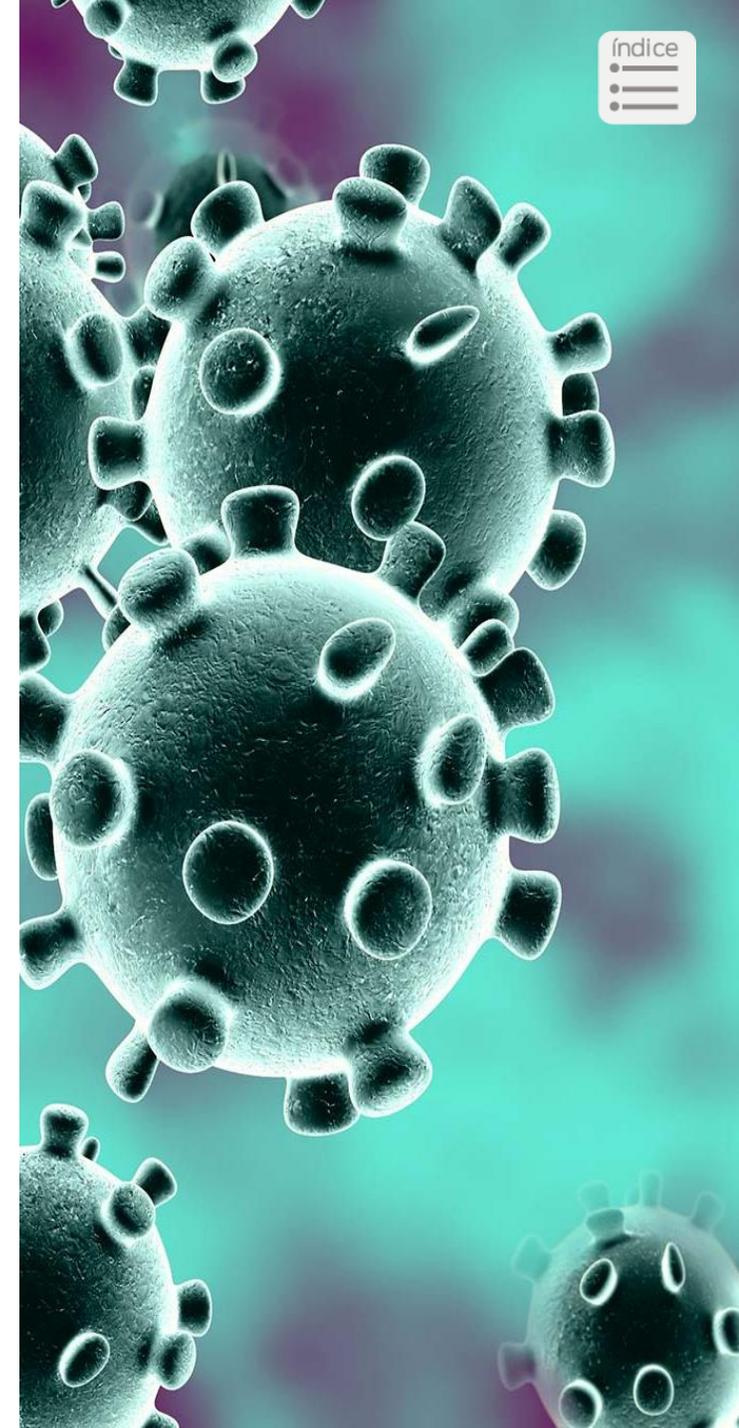
03	<u>Ações do CEDUC no combate ao Coronavírus – Covid 19</u>
04	<u>Audiência Pública – Propostas Normativas e Democracia na Rede Municipal de Educação</u>
05	<u>Preparação e momento de reabertura das escolas em Salvador são discutidas em webinar</u>
06	<u>MP promove terceiro webinar para discutir os desafios da volta às aulas</u>
07	<u>CEDUC participa de reunião do Grupo Nacional de Direitos Humanos (GNDH)</u>
08	<u>CEDUC participa de Reunião do FEE-BA e CEE</u>
09	<u>Coronavírus - Brumado deve suspender retomada de aulas e manter escolas fechadas</u>
10	<u>FEE-BA discute reorganização do calendário letivo na Bahia</u>
11	<u>Live promove debate sobre gestão, eficiência e transparência na educação pública</u>
12	<u>A Educação Inclusiva em tempos de pandemia e a garantia do direito à Educação</u>
13	<u>Índices do Desenvolvimento da Educação Básica – IDEB 2019</u>
14	<u>Fiocruz publica documento sobre retorno às aulas presenciais</u>
15	<u>Sociedade de pediatria do Rio Grande do Sul sugere máxima cautela no retorno às aulas</u>
16	<u>Acesso à internet por celulares está em alta, desafia pais e afeta saúde das crianças</u>

Ações do CEDUC no combate ao Coronavírus – Covid 19

O Centro de Apoio Operacional de Defesa da Educação (CEDUC) vem trabalhando fortemente no combate ao Covid 19, na área educacional, desta forma a Coordenação e os Núcleos Pedagógico e jurídico do CEDUC continuam realizando orientações com intuito de auxiliar as Promotorias de Justiça com atribuição na Defesa da Educação.

Isto posto, foram elaboradas e encaminhadas a todos os Promotores de Justiça que atuam na Educação, a Informação Técnica nº06/2020 que versa sobre Comitês Municipais para planejamento de ações referentes à retomada das aulas presenciais nas escolas das redes pública e privada de ensino e Informação Técnica nº 08/2020 que diz respeito às medidas de prevenção e enfretamento ao abandono e à evasão escolar, no contexto da pandemia.

Peças elaboradas: [clique aqui](#)



Audiência Pública – Propostas Normativas e Democracia na Rede Municipal de Educação – Resolução 64/2020 do CME e Regimento Escolar Comum

No dia 16/09/2020 o Coordenador do CEDUC , Adalvo Dourado, participou de Audiência Pública na Câmara Municipal de Salvador, a qual teve as seguintes deliberações :

- Construção do regimento de forma coletiva no pós-pandemia para garantir a participação da categoria de forma efetiva e democrática;
- Webinário com a Secretaria Municipal de Educação de Salvador (SMED) e toda a categoria educacional em torno à construção do regimento escolar comum;
- Considerou a necessidade de uma chamada pública para que a comunidade escolar participe da construção do regimento;
- Pontuou que a Secretaria de Educação precisa, através do Diário Oficial, esclarecer qual será a normativa que vai orientar os profissionais da educação na condução de suas atividades no período de pandemia;
- Destacou a necessidade de ser promovida uma Conferência para avaliar o Plano Municipal de Educação.

Fonte: CEDUC e Câmara dos vereadores

Preparação e momento de reabertura das escolas em Salvador são discutidas em webinar



A segunda edição do webinar ‘Retorno às aulas: desafios e perspectivas’, promovida no dia 14/09/2020, pelo Ministério Público estadual, discutiu a possibilidade real da volta da atividade escolar presencial em Salvador. Foi abordado o atual cenário epidemiológico da capital baiana e o andamento da preparação das redes pública e privada do município para o retorno. Conforme a apresentação dos secretários municipais de Educação e Saúde, a retomada já está no horizonte, mas ainda sem data definida.

O evento contou com participação da procuradora-geral de Justiça Norma Angélica Cavalcanti, que enfatizou a importância da educação e da construção das condições protocolares para o retorno. O webinar contou com explicações dos secretários de Saúde Leonardo Prates; de Educação, Bruno Barral; do procurador do Trabalho na Bahia Cláudio Dias Lima Filho e do diretor do Sindicato dos Estabelecimentos de Ensino do Estado da Bahia (Sinepe – BA), Jorge Tadeu Coelho.

A Promotora Cíntia Guanaes (GEDUC) e os promotores Rogério Queiroz e Carlos Martheo enfatizaram que o retorno das aulas exige mais cuidado do que em outras áreas, por toda complexidade e importância da educação para o desenvolvimento humano e do país. Eles apontaram também que os estudos científicos sobre o novo coronavírus ainda não são conclusivos, portanto, a questão da transmissibilidade do vírus em ambiente escolar e familiar, por onde circulam os estudantes, deve ser monitorada e acompanhada com bastante planejamento, rigor e fiscalização.

Redator: George Brito (DRT-BA 2927)

[LEIA NA ÍNTEGRA](#)

MP promove terceiro webinar para discutir os desafios da volta às aulas



As medidas de biossegurança necessárias para o retorno às aulas foram discutidas no dia 01/10 durante o terceiro webinar ‘Retorno às aulas: Desafios e Perspectivas’. O evento contou com a presença de procuradores e promotores de Justiça que atuam nas áreas de educação, saúde, infância e consumidor, servidores da Instituição, e profissionais das áreas de saúde e educação.

A procuradora-geral de Justiça Norma Angélica Cavalcante destacou que “nossa missão é salvar vidas acima de tudo. Não podemos colocar em risco uma parcela significativa da população, por isso é necessário ouvirmos especialistas e coletarmos informações do cenário epidemiológico atual para decidirmos sobre a volta às aulas”.

O debate do webinar foi aberto com a apresentação de Alessandra Assis, coordenadora do Fórum Estadual de Educação da Bahia (FEE-BA), que falou sobre a importância da redução sustentada do número de casos de Covid para o retorno às aulas. “Devemos construir um plano geral de retorno, mas cada escola deverá ter o seu plano a partir do seu contexto e da sua realidade específica”, ressaltou. Ela falou também sobre a importância de se oferecer um apoio imediato aos profissionais de educação para que tenham acesso à internet e aos equipamentos necessários para fazerem a conexão com qualidade.

Redator: Milena Miranda DRT Ba 2510

[LEIA NA ÍNTEGRA](#)



CEDUC participa de reunião do Grupo Nacional de Direitos Humanos (GNDH)

No dia 22 de setembro, O Coordenador do CEDUC, Adalvo Nunes Dourado Jr., participou da reunião do Grupo Nacional de Direitos Humanos (GNDH) promovida pelas Comissões COPEDUC (Educação), COPEDS (Saúde), COPEIJ (Infância e juventude) e COPEPDI (Pessoa com Deficiência) com membros dos Ministérios Públicos de todos os Estados e da União. Uma das discussões foi o retorno às aulas com apresentações de pesquisadores relacionadas ao estudo “Covid-19 e reabertura das escolas”. Após avaliarem a suscetibilidade, transmissibilidade e gravidade da Covid-19 em menores de 18 anos, os estudiosos argumentaram que o retorno deve ser gradual, opcional e de forma responsável.

Na reunião, a procuradora da República e vice coordenadora da COPEDUC, Maria Cristina Manella Cordeiro, apresentou os enunciados aprovados pela comissão, que tratam da necessidade de oferta de aulas presenciais e de ser facultativo aos pais a manutenção das aulas online enquanto o decreto de calamidade estiver vigente.

ENUNCIADO 01

Ao Ministério Público compete a fiscalização da retomada das aulas presenciais considerando os critérios sanitários aprovados pelo poder público, submetendo-os, na hipótese de insuficiência, às providências legais. Definidos os protocolos sanitários e pedagógicos próprios para a política educacional, a retomada das aulas presenciais, embora regrada, gradual, híbrida e progressiva, faz-se imprescindível porquanto relacionada à garantia de direito humano fundamental.

ENUNCIADO 02

O Ministério Público deve, enquanto vigente o Decreto de Calamidade ou de Emergência devido à pandemia Covid-19, adotar as medidas necessárias visando a assegurar aos pais ou responsáveis a opção pelas aulas não presenciais. Nesse contexto, compete, ainda, ao Ministério Público o dever de fiscalizar o poder público, em especial a escola e os órgãos públicos de assistência social, saúde e proteção à infância, quanto à efetiva escolha das famílias e a concreta participação nas atividades não presenciais, havendo obrigação de realizar busca ativa desses estudantes, a fim de garantir o seu direito à educação, bem como a verificação de situação de vulnerabilidade.

CEDUC participa de Reunião do FEE-BA e CEE



No mês de outubro, o CEDUC, representado pelo pedagogo Sérgio Gomes, participou da Reunião do Fórum Estadual de Educação da Bahia (FEE-BA) com o Conselho Estadual de Educação da Bahia, objetivando apresentar e discutir o documento elaborado pelo FEE-BA intitulado “Reorganização do ano letivo: pela superação das desigualdades educacionais”, no âmbito da defesa do direito educacional durante a pandemia e no pós pandemia.

Fonte: CEDUC e FEE-BA

Coronavírus - MP requer que Justiça determine suspensão do início das aulas presenciais no Município de Brumado

O Ministério Público estadual ajuizou ação civil pública contra o município de Brumado, pedindo que a Justiça determinasse a suspensão da Portaria nº 02, de 1º de setembro, que autorizou a retomada das aulas presenciais nas escolas municipais a partir do dia 21 de setembro. Segundo a portaria, as aulas retornariam para os estudantes da educação infantil, com três anos ou mais, e ensino fundamental. “Houve várias tentativas de resolver a questão administrativamente, com reuniões em que participaram representantes do Município, Conselho de Educação e Defensoria Pública, a fim de chegar a uma conclusão equilibrada sobre o tema. No entanto, o Gestor Municipal, embora tenha acatado inicialmente a recomendação do MP, decidiu mudar sua postura sem qualquer alteração de contexto fático na área de saúde, não restando ao MP outra atitude senão o ingresso desta ação”, destacou o promotor de Justiça Millen Castro, autor da ação civil pública contra o Município. Contudo, logo após a propositura da ACP, a justiça em primeira instância indeferiu o pedido do Ministério Público que entrou com recurso.

No dia 21 de setembro, o Tribunal de Justiça determinou que o Município de Brumado suspendesse, imediatamente, a portaria editada no dia 1º de setembro, que autorizou a retomada das aulas presenciais na rede municipal de ensino, e mantivesse as escolas fechadas, acatando assim, recurso do Ministério Público estadual, impetrado pelo promotor de Justiça Millen Castro, contra decisão da Justiça em primeira instância.

Após decisão do TJBA o Município supracitado entrou com recurso no STF, e no início de outubro o presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), Luiz Fux, manteve as aulas escolares presenciais suspensas e as escolas fechadas em Brumado. A decisão do ministro corroborou com a determinação do Tribunal de Justiça da Bahia.

Segundo o promotor Millen Castro, é "essencial que se garanta o direito à educação com o retorno às aulas, porém, para que isso ocorra, a Administração Pública precisa apresentar um plano com medidas concretas implementadas, o que evitará que os alunos possam eventualmente ser foco de contaminação para os familiares de grupo de risco". Ele destacou que a curva de casos da doença ainda está crescente.

Fonte: Imprensa MPBA



FEE-BA discute reorganização do calendário letivo na Bahia



Reorganização do Ano Letivo na Bahia - Uma ação do Fórum Estadual de Educação

O coordenador do CEDUC, Adalvo Nunes Dourado Jr, participou da live do Fórum Estadual de Educação da Bahia (FEE-BA), no dia 07.10.2020, no qual destacou a importância do documento elaborado pelo Fórum, denominado “Reorganização do ano letivo na Bahia: pela superação das desigualdades educacionais”, ratificando o papel do CEDUC nas discussões e também na orientação das promotorias com atuação na educação quanto aos temas abordados no supracitado documento.

A live tratou sobre protocolos na área da saúde e na área pedagógica, abordando temas, tais como: medidas de biossegurança para a volta às aulas, gestão democrática da educação no contexto de reorganização do ano letivo, democratização do acesso às tecnologias digitais, currículos e práticas pedagógicas, formação de profissionais da educação, saúde e condições de trabalho nas escolas.

Fonte: CEDUC

Live promove debate sobre gestão, eficiência e transparência na educação pública

No dia 07/10 ocorreu a live “Educação Pública – Gestão, Eficiência e Transparência”, a qual foi aberta oficialmente pelo coordenador do CEDUC, Adalvo Nunes Dourado Júnior, que afirmou que os avanços experimentados pela humanidade, em todos os domínios, seja na contemporaneidade como em tempos remotos, evidenciam o poder transformador da Educação.

A live foi promovida pelo Tribunal de Contas do Estado da Bahia (TCE/BA), Escola de Contas Conselheiro José Borba Pedreira Lapa (ECPL), Procuradoria Geral do Estado (PGE) e Centro de Estudos e Aperfeiçoamento (CEA), teve a participação de 159 pessoas.



A Educação Inclusiva em tempos de pandemia e a garantia do direito à Educação



A Secretaria da Educação do Estado da Bahia, por meio da Superintendência de Políticas para a Educação Básica e o Instituto Anísio Teixeira, promoveu, em 16/09/2020, a live "A Educação Inclusiva em tempos de pandemia e a garantia dos direitos à educação", que teve como convidado o ativista Rodrigo Hübner Mendes.

Além de Rodrigo Mendes, participaram da live, o subsecretário da Educação do Estado da Bahia, Danilo Melo, a superintendente de Políticas para a Educação Básica da SEC, Manuelita Brito, a diretora geral do Instituto Anísio Teixeira, Cybele Amado de Oliveira e o superintendente da Secretaria de Justiça, Direitos Humanos e Desenvolvimento Social da Bahia, Alexandre Baroni.

Acesse a live [aqui](#)

Fonte: Instituto Anísio Teixeira



Índices do Desenvolvimento da Educação Básica – IDEB 2019

Apesar de a Bahia superar as metas do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb) 2019 para os primeiros anos do ensino fundamental (1º ao 5º ano), o desempenho ficou abaixo do esperado na faixa do 6º ao 9º ano do mesmo ciclo e do ensino médio. Os dados foram divulgados nesta terça-feira (15). Nacionalmente, os números do Ideb 2019 também mostraram que o nível de qualidade do ensino médio brasileiro continua abaixo do esperado pelo Ministério da Educação (MEC). Embora tenha havido avanços em relação a 2017, o país não atinge a meta nessa etapa de ensino desde 2013.

O Ideb vai de 0 a 10 e leva em conta dois fatores: quantos alunos passam de ano e qual o desempenho deles em português e em matemática. Na Bahia, a meta para o ensino médio em 2019 era de 4,5, somando o desempenho de escolas públicas e particulares. O estado obteve 3,5, um crescimento de 18,5%, ficando atrás apenas do Paraná.

Já a meta nacional a ser cumprida em 2019, somando escolas públicas e particulares, era 5, mas o resultado ficou aquém do esperado. A média foi inferior a isso: 4,2.

Nos anos iniciais do ensino fundamental (até o 5º ano), o desempenho da Bahia foi de 5,3, levando em conta o desempenho de escolas públicas e privadas. O número superou a meta de 4,7 para 2019 e a meta projetada para 2021, de 5,0.

Nos anos finais do ensino fundamental (até o 9º ano), o desempenho das escolas públicas e privadas da Bahia em 2019 foi de 4,1. O número ficou bem abaixo das projeções de 2019, de 4,5, e de 2021, de 4,8.

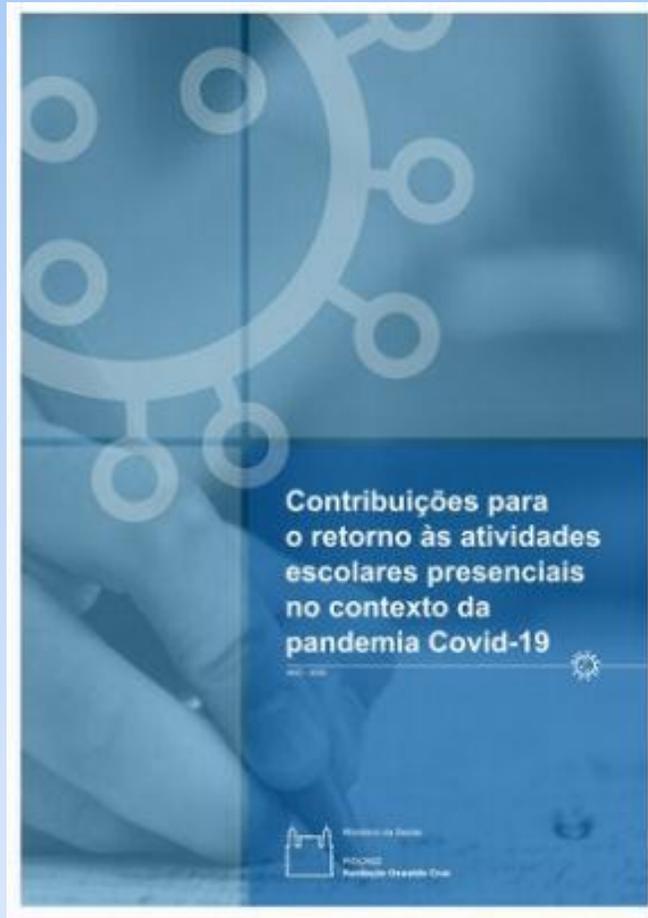


Foto: Elói Corrêa/GOVBA

[Leia na íntegra](#)

Fonte: [G1 Notícias](#)

Fiocruz publica documento sobre retorno às aulas presenciais



A Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz) lança documento que sistematiza um conjunto de orientações relacionadas às atividades escolares no contexto da pandemia, a partir de uma revisão da literatura e de publicações produzidas pela própria instituição e por outras. Intitulado *Contribuições para o retorno às atividades escolares presenciais no contexto da pandemia de Covid-19*, o material foi coordenado pela Vice-Presidência de Ambiente, Atenção e Promoção da Saúde da Fiocruz e reúne evidências e informações científicas e sanitárias, nacionais e internacionais, sobre o que tem sido debatido, até o momento, sobre a volta às aulas presenciais.

O documento surgiu a partir do esforço coletivo de especialistas da Fiocruz dos campos da saúde da criança e do adolescente, da epidemiologia, da saúde coletiva, da infectologia, da pneumologia, da saúde mental e da educação, que entenderam ser necessário reunir em um único lugar as questões centrais que vêm orientando o setor para que possa servir de instrumento de assessoramento à comunidade escolar e aos gestores, considerando as diferentes variáveis regionais.

“Trata-se de uma questão multi e transdisciplinar, além de intersetorial. Por isso, o documento destaca a necessidade de articulação, em cada território, dos serviços públicos da educação, saúde e assistência social para que sejam construídos, com a participação da população, os devidos diagnósticos”, comenta a coordenadora do grupo e assessora da Vice-Presidência, Patrícia Canto.

Fonte: Portal FioCruz

[LEIA NA ÍNTEGRA](#)



Sociedade de pediatria do Rio Grande do Sul sugere máxima cautela no retorno às aulas

O possível retorno de crianças e adolescentes às escolas no final de agosto e início de setembro é visto com preocupação pela Sociedade de Pediatria do Rio Grande do Sul (SPRS). A entidade reconhece a extrema complexidade do assunto uma vez que há dois aspectos em debate variando conforme a realidade de cada família.

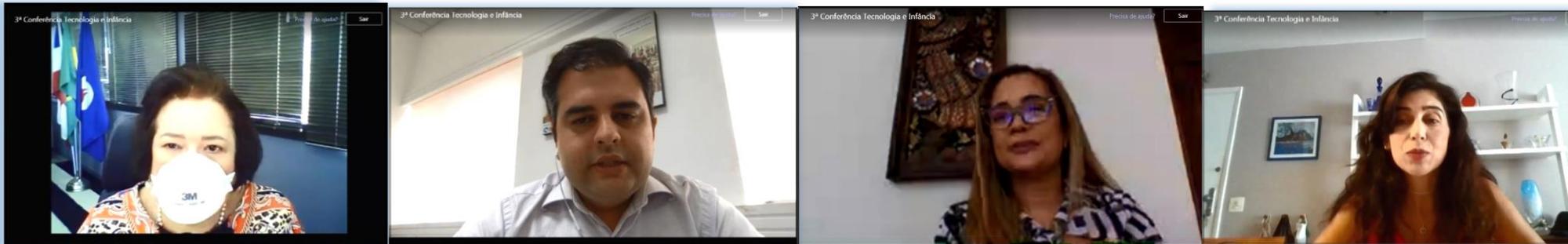
De um lado estão aqueles que podem continuar exercendo suas atividades em home-office e por segurança preferem que as atividades continuem de forma online. Porém, há famílias que estão retomando o trabalho e não possuem alternativa para viabilizar alguém que cuide dos filhos.

O consenso, segundo o médico pediatra e associado da SPRS, José Paulo Ferreira, é de que precisam ser respeitadas as peculiaridades de cada região e de cada família.

As definições sobre o retorno às atividades escolares no país são de responsabilidade dos governos municipal, estadual e federal. Tais decisões devem ser tomadas em conjunto e com base em análises consistentes do contexto local. O momento de reabertura das escolas deve ser orientado por análises epidemiológicas que indiquem redução contínua de novos casos de COVID-19 (<https://setorsaude.com.br/tag/covid-19/>) e redução da transmissão comunitária da doença.

A SBP (Sociedade Brasileira de Pediatria) publicou recentemente nota de apoio ao Manual sobre biossegurança para reabertura de escolas no contexto da Covid-19 desenvolvido pela Fiocruz. O conteúdo estabelece uma série de regras e procedimentos a serem seguidos pelas escolas. O material pode ser conferido [aqui](#).

Acesso à internet por celulares está em alta, desafia pais e afeta saúde das crianças



A cena é cada vez mais comum no cotidiano familiar e parece ter se intensificado durante o período de quarentena: crianças e adolescentes “mergulhados” na tela do celular ou de outros dispositivos tecnológicos conectados à internet. Segundo pesquisa do Centro Regional de Estudos para o Desenvolvimento da Sociedade da Informação (Cetic) realizada em 2019, 58% da população infanto-juvenil brasileira, cerca de 15,6 milhões de pessoas, acessam a internet exclusivamente pelo celular. A conectividade tem aumentado com maior mobilidade. Uma simples atitude comportamental que abre um mundo de possibilidades, mas também de riscos e problemas de saúde, seja mental ou física, psicossociais, éticos e políticos. Essas consequências do uso excessivo das ferramentas tecnológicas online foram o objeto de debate da terceira conferência, esse ano virtual, ‘O Melhor da Infância é Offline’, promovida pelo Ministério Público estadual.

O evento contou com palestras do presidente da Safernet Brasil e coordenador da Central Nacional de Denúncias de Crimes Cibernéticos Thiago Tavares; da médica oftalmologista Leonora Leal e da promotora de Justiça Rosana Barbosa Cipriano, da Infância e Juventude do MP do Rio de Janeiro. A procuradora-geral de Justiça do MP, Dra. Norma Angélica Calvacanti fez a abertura oficial. “A pandemia fortaleceu a cultura da digitalização. Um mundo novo para todos nós. Os pais sofrem porque não sabem os limites que vão dar às crianças. Então, como aproveitar ao máximo essa cultura? É uma pergunta fundamental. Fico muito feliz de estar aqui discutindo a infância do futuro”, afirmou. A conferência teve a mediação da coordenadora do Centro de Apoio Operacional da Criança e do Adolescente (Caoca), promotora de Justiça Márcia Rabelo; da coordenadora do Centro de Apoio Operacional da Saúde (Cesau), promotora de Justiça Patrícia Medrado; contou ainda com participação dos promotores de Justiça Dario Kirst, com atuação contra crimes cibernéticos; Moacir do Nascimento Júnior, da Infância e Juventude e Audo Rodrigues, da área de saúde. O evento foi organizado pelo Caoca, Cesau, Centro de Aperfeiçoamento e Estudos Funcionais (Ceaf), Centro de Apoio Operacional da Educação (Ceduc) e Núcleo de Combate ao Crime Cibernético (Nucciber).

Redator: George Brito (DRT-BA 2927)

[leia na íntegra](#)

Expediente

Procuradora Geral de Justiça
Norma Angélica Reis Cardoso Cavalcanti

CEDUC
Coordenador
Adalvo Nunes Dourado Júnior

Equipe
Cristiane Moreira Araújo
Elizabeth Alves Silva Ferreira
Jocélia dos Santos Silva
José Sergio Gomes da Silva
Simone Ribeiro Silva Ribeiro
Rafael Augusto Mansur Góes
Shara Kuhin

Organização e Produção do Boletim
Elizabeth Alves Silva Ferreira
José Sérgio Gomes da Silva

✉ Ceduc@mpba.mp.br
☎ 3103-0385
☎ 3103-0387
☎ 3103-0388

Índice



MINISTÉRIO PÚBLICO
DO ESTADO DA BAHIA

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA
CENTRO DE APOIO OPERACIONAL DE DEFESA DA EDUCAÇÃO – CEDUC
5ª Avenida, nº 750, do CAB - Salvador, BA - Brasil - CEP: 41.745-004



Edições Anteriores
Clique aqui